



**PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA 1º TEN DO
QUADRO DE OFICIAIS QOPM, QOC, QOE E QOS PARA O ANO DE 2011.**

EAP TEN QOPM E QOC/2011

(Edital DRH/CRS nº 11/2010, de 30 de novembro de 2010)

Conhecimentos Profissionais

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cento) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 3 (três) horas incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a correspondente ao seu quadro e categoria.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

1ª QUESTÃO – Um policial militar da ativa, cumprindo pena aplicada pela Justiça Militar no 97º BPM, aproveitando-se de um descuido da sentinela, que cochilava, durante o banho de sol, pulou o muro lateral do aquartelamento e fugiu, sendo recapturado no dia seguinte. Com relação ao militar fugitivo é CORRETO afirmar que:

- A. () O militar cometeu o crime de “evasão de preso”, do artigo 180 do CPM.
- B. () O militar cometeu o crime de “fuga de preso”, do artigo 178 do CPM.
- C. () O militar cometeu o crime de “arrebato de preso”, do artigo 181 do CPM.
- D. () O militar não cometeu crime.

2ª QUESTÃO – O Tenente “Conhecedor” e sua equipe, lotados no 9º BPM, em Barbacena/MG, após tomarem conhecimento que quatro indivíduos haviam praticado um roubo a banco na mencionada cidade, partiram para o rastreamento. Em dado momento, depararam com os cidadãos infratores no veículo utilizado para a fuga, quando foram em seu encalço. Após intensa perseguição o oficial e sua equipe lograram êxito na prisão dos assaltantes, que ocorreu no município (Comarca) de Juiz de Fora/MG. De acordo com o Código de Processo Penal é CORRETO afirmar que:

- A. () Os cidadãos infratores deverão ser conduzidos e apresentados à autoridade policial de Barbacena/MG, que foi o local onde ocorreu o crime.
- B. () Os cidadãos infratores deverão ser conduzidos e apresentados à autoridade policial de Juiz de Fora/MG, que foi o local onde ocorreu a prisão.
- C. () Os cidadãos infratores, a critério do executor da prisão, poderão ser conduzidos e apresentados à autoridade policial de Barbacena/MG ou de Juiz de Fora/MG.
- D. () Os cidadãos infratores deverão ser conduzidos e apresentados à autoridade policial da capital do estado em que se deu a prisão.

3ª QUESTÃO – Um policial militar da ativa, de serviço no policiamento velado, foi preso em flagrante delito pelo Tenente “Sabe-Tudo”, do 100º BPM, após cometer um crime de latrocínio contra um civil. Neste caso, estamos diante de um delito de competência da:

- A. () Justiça Comum Estadual.
- B. () Justiça Militar Federal.
- C. () Justiça Militar Estadual.
- D. () Justiça Comum Federal.

4ª QUESTÃO – “Exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza”, caracteriza o crime, previsto no Código Penal Militar, descrito como:

- A. () Excesso de exação.
- B. () Desvio.
- C. () Participação ilícita.
- D. () Concussão.

5ª QUESTÃO – De acordo com a Lei Federal nº 4.898/65, que trata dos casos de abuso de autoridade, é CORRETO afirmar que:

- A. () O abuso de autoridade sujeita seu autor somente à sanção penal.
- B. () Considera-se autoridade, para os efeitos da lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- C. () A demissão a bem do serviço público é uma das sanções penais previstas na lei.
- D. () O direito de representação do ofendido será exercido por meio de petição que deverá - independente da natureza do abuso: administrativa, civil ou penal - ser obrigatoriamente dirigida ao órgão do Ministério Público.

6ª QUESTÃO – No tocante à Lei Federal nº 9.455/97, que define os crimes de tortura, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () O condenado por crime de tortura sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- B. () A pena será aplicada em dobro se o crime for cometido por funcionário público.
- C. () A condenação por crime de tortura nem sempre acarretará a perda do cargo, função ou emprego público.
- D. () Se o crime de tortura é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos, a pena é aumentada de um sexto até um terço.

7ª QUESTÃO – Melder, 19 anos, foi abordado por uma guarnição PM transportando pequena quantidade de maconha, conduta que infringiu o art. 28 da Lei Antitóxicos (consumo pessoal de drogas). Levando-se em consideração os ditames da Lei Federal nº 11.343/06, que trata do uso e tráfico de drogas, qual deve ser a providência da guarnição em relação ao caso?

- A. () Ao autor não se imporá prisão em flagrante, devendo o mesmo ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na ausência deste, à autoridade policial do local em que se encontrar.
- B. () Ao autor não se imporá prisão em flagrante, devendo o mesmo ser imediatamente encaminhado à autoridade policial do local em que se encontrar.
- C. () Ao autor se imporá prisão em flagrante, devendo o mesmo ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na ausência deste, à autoridade policial do local em que se encontrar.
- D. () Ao autor se imporá prisão em flagrante, devendo o mesmo ser imediatamente encaminhado à autoridade policial do local em que se encontrar.

8ª QUESTÃO – De acordo com a Lei Federal nº 11.343/06, que trata do uso e tráfico de drogas, com relação ao consumo pessoal de drogas, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. () O juiz poderá aplicar multa ao agente que se recuse injustificadamente a cumprir a pena a ele imposta.
- B. () A medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo é uma das penas previstas.
- C. () A exceção da pena de advertência sobre os efeitos das drogas, as demais penas previstas no art. 28 serão aplicadas pelo prazo máximo de 6 (seis) meses.
- D. () O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

9ª QUESTÃO – Levando-se em consideração os ditames da Lei Federal nº 10.826/03, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () As armas de fogo de uso restrito serão registradas na Superintendência Regional de Polícia Federal do estado da Federação em que a arma foi adquirida.
- B. () As armas de fogo de uso restrito serão registradas na Delegacia de Armas e Munições da Polícia Civil do estado da Federação em que a arma foi adquirida.
- C. () As armas de fogo de uso restrito, devido ao seu alto poder de letalidade, que redundam na necessidade de maior controle estatal, serão registradas no Ministério da Justiça.
- D. () As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército.

10ª QUESTÃO – De acordo com a Lei Federal nº 10.826/03, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, NÃO é permitido o porte de arma de fogo para:

- A. () Os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando estiverem fora de serviço.
- B. () Os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência.
- C. () Os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais.
- D. () Os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

11ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei Federal nº 11.340/06, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, é considerada uma medida protetiva de urgência à ofendida:

- A. () Prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- B. () Afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos.
- C. () Suspensão da posse ou restrição do porte de armas.
- D. () Proibição de freqüentação a determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

12ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. A Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010, que regula o emprego operacional da PMMG, assevera que a atividade de análise criminal representa preponderante papel no contexto da moderna gestão policial orientada por resultados. Sobre a referida norma, qual alternativa se constitui numa finalidade da atividade de análise criminal?

- A. () Foco nos resultados, isto é, a qualidade deve prevalecer sobre a quantidade.
- B. () Intensificação da atividade de Inteligência de Segurança Pública para orientação do policiamento ostensivo nos esforços de prevenção e repressão qualificada.
- C. () Facilitar a identificação e localização de problemas de segurança pública.
- D. () Esforços específicos e articulados com outros atores do sistema de defesa social, procurando agir sobre as causas, fatores, locais, horários, condições e circunstâncias vinculadas ao cometimento de crimes e desordens.

13ª QUESTÃO – Com relação à Lei Federal nº 11.340/06, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- B. () A violência patrimonial não é considerada uma forma de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- C. () Não serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.
- D. () A fim de resguardar a segurança da ofendida, os atos processuais jamais poderão realizar-se em horário noturno.

14ª QUESTÃO – A Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010, que regula o emprego operacional da PMMG, ao dissertar acerca dos valores institucionais, assevera que eles constituem uma verdadeira fonte de inspiração no ambiente de trabalho, além de servir para dar significado à direção buscada pelos integrantes da Corporação. Os valores definidos para a PMMG compreendem:

- I – Ética e transparência.
- II – Excelência e representatividade institucional.
- III – Liderança e participação.
- IV – Aprendizado e crescimento.

Estão CORRETAS as assertivas:

- A. () II, III e IV, apenas.
- B. () I, II e IV, apenas.
- C. () I e III, apenas.
- D. () I, II e III, apenas.

15ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010, que regula o emprego operacional da PMMG, a modernização do conceito da Gestão na Polícia Militar passa pela adoção de um novo modelo que privilegia a administração operacional fundamentada na definição de resultados a serem alcançados. Este novo modelo recebeu o nome de “**Gestão Operacional Orientada por Resultados**”, método indutivo que parte do conhecimento científico dos problemas locais de segurança pública e dos seus efeitos sociais para atingir os objetivos esperados. Este modelo é norteado por objetivos desejáveis para a atividade-fim, que compreendem:

- I – Avaliação freqüente de resultados e estabelecimento de metas a serem cumpridas.
- II – Modelo gerencial que favoreça ações/operações centralizadas.
- III – Policiamento orientado para a solução de problemas.
- IV – Ênfase repressiva e rapidez no atendimento.

Estão corretas as assertivas:

- A. () II, III e IV, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () I, II e IV, apenas.
- D. () I, II e III, apenas.

16ª QUESTÃO – Um veículo suspeito é abordado por uma guarnição PM. No ato da abordagem o veículo estava parado e havia um indivíduo no seu interior, no assento destinado ao motorista. Levando-se em consideração a questão proposta e os ensinamentos trazidos à baila pelo Caderno Doutrinário nº 01, que trata da intervenção policial, verbalização e uso da força, é CORRETO afirmar que:

- A. () O veículo será considerado um ponto de foco e o indivíduo que está em seu interior um ponto quente.
- B. () O veículo será considerado um ponto quente e o indivíduo que está em seu interior um ponto de foco.
- C. () Ambos, veículo e indivíduo serão considerados um ponto quente.
- D. () Ambos, veículo e indivíduo serão considerados um ponto de foco.

17ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Caderno Doutrinário nº 01, que trata da intervenção policial, verbalização e uso da força, a abordagem policial, nos casos em que o abordado, inicialmente, não apresentar indícios de suspeição, como nos casos de orientação ou assistência, deverá ser iniciada:

- A. () Com a arma em guarda baixa.
- B. () Com a arma em guarda alta.
- C. () Com a arma no coldre.
- D. () Com a arma em pronta resposta.

18ª QUESTÃO – O Caderno Doutrinário nº 01, que trata da intervenção policial, verbalização e uso da força, elenca algumas situações especiais, respeitadas as cautelas de estilo, em que o policial pode disparar sua arma de fogo, que compreendem:

- I – Controle de distúrbio civil.
- II – Disparos com munição de menor potencial ofensivo.
- III – Vigilância de pessoas sob custódia policial.
- IV – Disparos de dentro da viatura policial em movimento ou contra veículo em fuga.

Estão CORRETAS as assertivas:

- A. () II, III e IV, apenas.
- B. () I, II e IV, apenas.
- C. () I, II e III, apenas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

19ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Caderno Doutrinário nº 03, que trata da Blitz Policial, em caso de condições climáticas adversas, a operação blitz:

- A. () Será realizada, porém com cautelas especiais, principalmente no tocante à sinalização da via e fluxo de veículos.
- B. () Será adiada ou cancelada, pois nessa situação o quesito segurança poderá ser comprometido.
- C. () Será realizada, pois o planejamento precisa ser cumprido para não frustrar as metas estabelecidas.
- D. () Será realizada, porém com alteração do horário e do local inicialmente planejado.

20ª QUESTÃO – Levando-se em consideração os ensinamentos do Caderno Doutrinário nº 03, que trata da Blitz Policial, na parte que trata do emprego de arma de fogo, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Em situação de normalidade, os policiais com armamento de porte deverão manter suas armas nos coldres, em condições de serem sacadas quando necessário, a exceção do PM segurança e do PM selecionador, que manterão suas armas em posição de arma localizada ou guarda baixa, conforme a categoria da blitz e as características do local.
- B. () Em situação de resistência passiva, assim como em situação de normalidade, somente o PM segurança e o PM selecionador manterão seus armamentos em posição de arma localizada, guarda baixa ou guarda alta, conforme avaliação de risco. Os demais deverão estar com as mãos livres para emprego de outros níveis de força e algemação, se a situação se agravar.
- C. () Em situação de resistência ativa com agressão letal do abordado, a resposta imediata será do PM segurança, que estará com a arma em pronta resposta.
- D. () Em situação de resistência ativa com agressão não letal do abordado, a resposta imediata será sempre do PM segurança. Os demais policiais permanecerão com as mãos livres para efetuarem a imobilização e algemação do agressor.

21ª QUESTÃO – De acordo com o Caderno Doutrinário nº 03, que trata da Blitz Policial, existem situações específicas, como a abordagem a motocicletas e a realização de blitz policial em horário noturno, que exigem cuidados especiais, que compreendem:

I – A blitz noturna, exceto em casos extraordinários, não deve ser realizada com dois PM.

II – Na abordagem a motocicletas com dois ocupantes, deve-se ordenar que o condutor do veículo desça primeiro e se desloque para a área de segurança, para a realização da busca.

III – Durante a abordagem noturna, o policial deverá manter-se no estado de prontidão adequado para esta situação, o que é uma medida de prevenção decisiva para a segurança da equipe.

IV – A utilização de lanternas durante a blitz noturna é procedimento dispensável, principalmente pela possibilidade de provocar danos visuais nos abordados.

Estão CORRETAS as assertivas:

- A. () I e III, apenas.
- B. () II, III e IV, apenas.
- C. () I, II e IV, apenas.
- D. () I, II e III, apenas.

22ª QUESTÃO - De acordo com a Lei n. 14.310/02, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina Militar dos Militares de Minas Gerais, são autoridades competentes para aplicar sanção disciplinar aos oficiais inativos do último posto da Polícia Militar de Minas Gerais:

- A. () A competência para aplicação de sanção disciplinar aos oficiais inativos do último posto é exclusiva do Comandante-Geral.
- B. () A competência para aplicação de sanção disciplinar aos oficiais inativos do último posto recai aos Comandantes de Comandos intermediários, na respectiva região, desde que mais antigos que o oficial transgressor.
- C. () Governador do Estado, Comandante-Geral, Chefe do Estado-Maior, Chefe do Gabinete Militar e Comandantes de Comandos intermediários, na respectiva região, desde que mais antigos que o oficial transgressor.
- D. () Governador do Estado, Comandante-Geral, Chefe do Estado-Maior e, na Capital, o Corregedor ou correspondente.

23ª QUESTÃO – A respeito do contido no Caderno Doutrinário nº 03, que trata da Blitz policial, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. () As operações de blitz policial se dividem em três níveis: educativo, preventivo e repressivo.
- B. () Durante a operação blitz todos os policiais deverão manter-se no estado de alerta (laranja), identificando quais as ações de resposta para o caso de uma ameaça.
- C. () A revista no veículo deverá ocorrer somente após o desembarque e a busca pessoal de todos os ocupantes do veículo. É iniciada pelo porta-malas, prossegue pela parte interna e finaliza-se na região do motor, se for o caso.
- D. () Escolhido o veículo a ser abordado, o PM selecionador levanta o braço direito e, como advertência, emite um silvo longo para que os veículos diminuam a marcha.

24ª QUESTÃO - De acordo com a Resolução n. 3880/06, que dispõe sobre Processos Administrativos de Exoneração no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- A. () A instrução, o relatório e o julgamento são as únicas fases do Processo Administrativo de Exoneração.
- B. () O recurso interposto em face da decisão da exoneração do militar das fileiras da Corporação terá efeito suspensivo.
- C. () Serão exonerados da Polícia Militar de Minas Gerais aqueles que nela ingressarem com infração aos requisitos exigidos para ingresso insertos no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, independente de possuírem ou não estabilidade.
- D. () Por tratar-se de desligamento das fileiras da Corporação, somente o Comandante-Geral poderá aplicar a medida administrativa de exoneração.

25ª QUESTÃO - Nos termos do Decreto n. 42.843/02, que dispõe sobre a concessão de recompensa na Polícia Militar de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- A. () A recompensa será concedida no momento certo, de modo a tornar-se fator de motivação, satisfação e elevação do moral de tropa, devendo ser concretizada o mais próximo possível do fato gerador.
- B. () Excepcionalmente, caso a Administração inobserve o princípio da oportunidade, os Comandantes poderão conceder as recompensas atribuindo efeito retroativo à data do fato gerador, mesmo que ultrapassado o prazo de doze meses.
- C. () A individualidade no recebimento da recompensa não significa que o prêmio deverá ser concedido levando em conta a exata medida da participação do militar no fato gerador.
- D. () O fato gerador não terá qualquer influência na proporcionalidade da concessão das recompensas, tendo em vista que os Comandantes, nos diversos níveis, poderão concedê-las discricionariamente.

26ª QUESTÃO – Com relação ao Decreto n. 44.556/07, que dispõe sobre o Regulamento de Promoção de Oficiais, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () O Oficial poderá concorrer à promoção mesmo se estiver cumprindo sentença penal ou preso à disposição da justiça, em observância ao princípio da presunção de inocência, previsto na Constituição Federal de 1988.
- B. () A idoneidade moral constitui-se um dos requisitos a serem observados para que o Oficial possa concorrer à promoção.
- C. () Poderá concorrer à promoção, por antiguidade, o Oficial que estiver no exercício de cargo público civil permanente.
- D. () Poderá concorrer à promoção o Oficial agregado em razão de licença para tratar de assunto de interesse particular.

27ª QUESTÃO - Nos termos da Resolução n. 4070/10, que dispõe sobre o pagamento de indenização securitária e de auxílio-invalidez aos militares da Polícia Militar, é CORRETO afirmar que:

- A. () O auxílio invalidez é devido ao militar reformado que for considerado definitivamente incapaz para o serviço policial militar, por ser portador de moléstia inteiramente invalidante, mas não decorrente de acidente em serviço policial militar.
- B. () O auxílio invalidez é devido ao militar reformado em virtude de incapacidade física definitiva decorrente do serviço policial-militar.
- C. () O auxílio invalidez é devido ao militar reformado por doença invalidante decorrente ou não do serviço policial militar.
- D. () O auxílio invalidez é devido ao militar reformado que for considerado definitivamente incapaz para o serviço policial militar, por ser portador de moléstia inteiramente invalidante, decorrente do exercício da função policial militar.

28ª QUESTÃO - Levando-se em consideração o que preceitua a Instrução de Recursos Humanos n. 310/04, que estabelece procedimentos para o exercício do contraditório e da ampla defesa em Sindicâncias e Procedimentos Disciplinares no âmbito da Instituição, é CORRETO afirmar que:

- A. () No caso de carta precatória, a ampla defesa e o contraditório somente serão exercidos quando houver abertura de vista ao sindicado.
- B. () Os prazos destinados à defesa, exceto o referente à defesa prévia, são computados no prazo regulamentar para elaboração da Sindicância.
- C. () Sendo juntado qualquer documento à Sindicância, após as razões finais de defesa, nova vista deverá ser dada ao Sindicado e ao seu defensor, renovando-lhe o prazo regulamentar.
- D. () O militar ouvido como testemunha na Sindicância Regular, em hipótese alguma, poderá ser ouvido novamente na condição de sindicado no mesmo processo.

29ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Decreto 44.556/07, que dispõe sobre o Regulamento de Promoção de Oficiais, o processo que visa a observação sistemática e periódica da atuação profissional do Oficial, regulamentado em norma própria, denomina-se:

- A. () Avaliação de desempenho.
- B. () Formação acadêmica.
- C. () Disciplina.
- D. () Avaliação da Comissão de Promoção de Oficiais.

30ª QUESTÃO - De acordo com a Instrução de Corregedoria n. 01/05, que estabelece orientações sobre elaboração de processos e procedimentos administrativos disciplinares no âmbito da Instituição, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Na hipótese do militar sindicado não apresentar suas Razões Escritas de Defesa, deverá o sindicante elaborar o relatório final presumindo-se como verdadeiros os fatos atribuídos ao sindicado, responsabilizando-o disciplinarmente, quando for o caso.
- B. () O militar, em suas Razões Escritas de Defesa, poderá usar em sua plenitude o direito irrestrito da ampla defesa e do contraditório, desde que não atente contra os princípios da hierarquia e disciplina, pois poderá ser responsabilizado pelos excessos que cometer.
- C. () A defesa do militar sindicado, em hipótese alguma, poderá ser patrocinada por militar de maior grau hierárquico, mas apenas e tão somente por advogado previamente constituído pelo sindicado.
- D. () O militar não poderá elaborar diretamente a sua defesa, tendo em vista que a defesa do militar em processo administrativo cabe somente ao advogado, responsável legalmente pela defesa técnica.

31ª QUESTÃO - De acordo com a Instrução de Corregedoria n. 01/05, que estabelece orientações sobre elaboração de processos e procedimentos administrativos disciplinares no âmbito da Instituição, o Procedimento Sumário somente pode ser instaurado pelas seguintes autoridades:

- A. () Comandantes, Diretores e Chefes até o nível de comandante de companhia independente, para apuração de fatos de maior gravidade e nunca para eventual concessão de recompensa.
- B. () Comandantes até o nível de companhia independente para apuração de fatos de maior gravidade e para eventual concessão de comendas concedidas pela instituição.
- C. () Comandantes, Diretores e Chefes até o nível de comandante de destacamento, para apuração de fatos de menor gravidade, bem como para eventual concessão de recompensa.
- D. () Comandantes, Diretores e Chefes, até o nível de comandante de pelotão, para apuração de fatos de menor gravidade, bem como para eventual concessão de recompensa.

32ª QUESTÃO - De acordo com a Instrução de Corregedoria n. 02/09 que estabelece orientações sobre a elaboração de processos e procedimentos administrativos disciplinares, no âmbito da Instituição, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () O Ato de Solução do Relatório de Investigação Preliminar, pelo arquivamento, é a única peça do procedimento que deverá ser, necessariamente, publicada.
- B. () O encarregado do Relatório de Investigação Preliminar não se encontra impedido de integrar eventual CPAD ou CEDMU que venha a apurar ou analisar o fato objeto da investigação preliminar.
- C. () O investigado poderá ser ouvido nos autos do Relatório de Investigação Preliminar, desde que seja previamente notificado.
- D. () O Relatório de Investigação Preliminar deverá ser concluído em 30 (trinta) dias.

33ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução n. 3666/02, que dispõe sobre o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos-Disciplinares da Polícia Militar de Minas Gerais, são princípios norteadores do Processo Administrativo:

- A. () Legalidade, Impessoalidade, Razoabilidade, Reserva Legal, Poder Discricionário.
- B. () Anterioridade da Lei, Verdade Sabida, Rigidez das Formas dos Atos Administrativos.
- C. () Legalidade Objetiva, Oficialidade, Verdade Material, Informalismo, Garantia de Defesa.
- D. () Legalidade Subjetiva, Oficialidade, Verdade Sabida, Informalismo.

34ª QUESTÃO - Nos termos da Instrução de Corregedoria n. 02/09, que estabelece orientações sobre a elaboração de processos e procedimentos administrativos disciplinares no âmbito da Instituição, é CORRETO afirmar que:

- A. () O ato administrativo de instauração do Relatório de Investigação Preliminar ocorrerá por intermédio de Portaria de Instauração devidamente assinada pela autoridade competente e publicada em boletim interno.
- B. () A instauração do Relatório de Investigação Preliminar ocorrerá por intermédio de "Despacho" da autoridade militar, até o nível de Comandante de Pelotão ou equivalente.
- C. () Os postulados constitucionais da ampla defesa e do contraditório deverão ser observados no curso do Relatório de Investigação Preliminar.
- D. () O encarregado do Relatório de Investigação Preliminar deverá proceder a abertura de vista ao militar investigado, caso seja constatada a prática de transgressão disciplinar, antes mesmo de remetê-lo à autoridade que determinou sua instauração.

35ª QUESTÃO - De acordo com o Memorando n. 30.668.6/09 – EMPM, que trata da tipificação do seqüestro relâmpago na legislação penal brasileira, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () O crime é cometido para obtenção de vantagem econômica, independente da restrição da liberdade da vítima.
- B. () O crime é cometido apenas com a restrição da liberdade da vítima.
- C. () O crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, mesmo que não tenha qualquer finalidade de obtenção de vantagem econômica.
- D. () O crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção de vantagem econômica.

36ª QUESTÃO - De acordo com a Instrução n. 3.03.07/10, que define a atuação da Base Comunitária (BC) e Base Comunitária Móvel (BCM) na PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () A metodologia IARA é utilizada para lidar com o crime, o medo do crime e a desordem.
- B. () O medo do crime é um fato típico e antijurídico, definido em lei.
- C. () O método IARA significa diretamente: Intensificar o policiamento, Aumentar as operações, Reprimir o crime e Aumentar os recursos logísticos em conjunto com a comunidade.
- D. () O tipo de infração, a localização, as pessoas envolvidas, o tempo e os eventos específicos não caracterizam e nem fornecem subsídios para a identificação de um problema policial.

37ª QUESTÃO - Nos termos da Lei n. 5.301/ 69, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- A. () O direito do militar aos vencimentos da ativa cessa na data da aplicação da sanção disciplinar de suspensão.
- B. () O direito do militar aos vencimentos da ativa não cessa com a transferência para a inatividade.
- C. () O direito do militar aos vencimentos da ativa cessa na data da deserção.
- D. () O direito do militar aos vencimentos da ativa não cessa com a perda do posto ou patente.

38ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. Nos termos da Instrução n. 3.03.07/10, que define a atuação da Base Comunitária (BC) e Base Comunitária Móvel (BCM) na PMMG, quais são os três elementos que compõem o chamado Triângulo para Análise de um Problema Policial:

- A. () Agressor, Vítima e o Crime.
- B. () Agressor, Vítima e o Ambiente.
- C. () Agressor, Vítima e Meio utilizado para a prática do crime.
- D. () Agressor, Vítima e Testemunhas.

39ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. Nos termos da Resolução n. 3666/02, que dispõe sobre o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos-Disciplinares da Polícia Militar de Minas Gerais, se qualquer pessoa, após a audição, não puder ou não quiser assinar o respectivo termo, o Sindicante deverá:

- A. () Providenciar duas testemunhas da recusa do interessado em assinar o próprio termo e lavrar em seguida um boletim de ocorrência noticiando o fato a autoridade policial, para que seja instaurado Inquérito Policial pelo crime de falso testemunho.
- B. () Assinar o termo pelo interessado na presença de duas testemunhas idôneas, narrando a adoção deste procedimento no relatório final.
- C. () Desconsiderar as informações prestadas pela pessoa que recusar a assinar o próprio termo, tendo em vista que o termo sem a assinatura do titular não possui qualquer validade para o processo.
- D. () Providenciar uma pessoa idônea para assiná-lo "a rogo" do interessado, devendo tal circunstância ser narrada no fecho do mencionado ato, com ela assinando duas testemunhas dessa circunstância.

40ª QUESTÃO - Nos termos da Lei n. 5.301/69, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- A. () A qualquer hora do dia ou da noite, na sede da Unidade ou onde o serviço o exigir, o policial-militar deve estar pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostos pelas leis e regulamentos.
- B. () O militar interditado judicialmente, em hipótese alguma, poderá ser reformado na Polícia Militar, tendo em vista a independência dos poderes.
- C. () Ao completar 30 anos de efetivo serviço na Polícia Militar será o militar transferido para a reserva remunerada, mesmo se estiver indiciado em inquérito ou submetido a processo por crime contra o patrimônio particular ou público.
- D. () A policial militar será transferida, compulsoriamente, para a reserva remunerada, aos vinte e cinco anos de efetivo serviço, com proventos integrais.

----- corte aqui-----
GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40